

A TERCEIRIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: SOBRE ESCOLAS, IGREJAS E ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS IMPLEMENTANDO PROGRAMAS

Gladys Beatriz BARREYRO¹

RESUMO: Este trabalho pretende compartilhar alguns achados provisórios de pesquisa que podem resultar do interesse pelo fato da encruzilhada atual, na qual o governo Lula, na área da educação de jovens e adultos, decidiu priorizar a alfabetização de adultos, oscilando entre o modelos de terceirização pela qual a implementação de programas seria realizada por entidades diversas com as quais o Ministério está assinando convênios e o repasse de fundos diferenciados a instâncias descentralizadas de poder (municípios). As ações mostram a princípio a permanência de um paradigma que no governo FHC alcançou certo desenvolvimento e que reflete as características que as políticas sociais têm apresentado na América Latina desde a década de 1990: a descentralização, a focalização e as parcerias. Por se tratar de um estudo qualitativo, o trabalho não pretende generalizar conclusões senão mostrar as tendências observadas nesse universo.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Educação de Adultos; Alfabetização Solidária.

OUTSOURCING IN THE EXECUTION OF POLITICS OF LITERACY OF ADULTS: ABOUT SCHOOLS, CHURCHES AND COMMUNITY ASSOCIATIONS IMPLEMENTING PROGRAMS

ABSTRACT: This work intends to share some temporary discoveries of research, that they can result of interest for the fact of the current crossroads, in the which the government Lula in the area of youths' education and adults, decide to prioritize the adults' literacy, oscillating among the outsourcing model for the which the implementation of programs would be accomplished by several entities with which the Ministry is signing agreements and review of funds differentiated to decentralized instances of power (municipalities districts). The actions show at first the permanence of a paradigm that in the government FHC

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

reached certain development and that the characteristic that the social politics have been presenting in Latin America since the decade of 1990 contemplates: the decentralization, the focalizations and the partnerships. By the fact of being a qualitative study, the work doesn't intend to generalize conclusions except showing the tendencies observed in that universe.

KEYWORDS: Literacy; Education of adults; Solidary literacy.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende compartilhar alguns achados provisórios de pesquisaⁱ, que podem resultar de interesse pelo fato da encruzilhada atual, na qual o governo Lula na área de educação de jovens e adultos, decidiu priorizar a alfabetização dos adultos, oscilando entre o modelo de *terceirização* pela qual a implementação de programas seria realizada por entidades diversas com as quais o Ministério está assinando convêniosⁱⁱ e o repasse de fundos diferenciados a instancias descentralizadas de poder (municípios). As ações mostram a princípio a permanência de um paradigma que no governo FHC alcançou certo desenvolvimento e que reflete as características que as políticas sociais têm apresentado na América latina desde a década de 1990: a descentralização, a focalização e as parcerias (COHN, 2000; DI PIERRO, 2001).

Nesse sentido, um olhar ao nível micro do desenvolvimento das parcerias na implementação de um Programa de alfabetização mediatizada por Universidades que, por sua vez, mediatizam a implementação em convênio com diversas entidades, pode resultar de interesse visando a generalização dessa estratégia governamental.

A seguir, então, apresentam-se as reflexões, produto da sistematização do trabalho de campo realizado na implementação do Programa Alfabetização Solidária nos Grandes Centros Urbanosⁱⁱⁱ com uma Universidade privada do Estado de São Paulo.

FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

A Universidade estudada fez parceria com o programa citado desde o começo deste em 1997, no Nordeste e depois, desde o início dos Grandes Centros Urbanos em 1999. Foi desenvolvido na Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão como fez grande quantidade de Instituições de Ensino Superior Privadas, que situaram esse programa na área de Extensão.

A coordenação desse programa na Universidade ressaltava a decisão desta de realizar atividades comunitárias para também formar lideranças comunitárias.

Manifestava-se que existia experiência com capacitação de professores para a alfabetização de adultos na Universidade, relacionada com a igreja católica. Referiam-se a ações de capacitação de professores. Além dessa, não existia na Universidade uma área de estudo ou pesquisa sobre alfabetização de adultos e, não era comum a abordagem do tema para a realização de trabalhos de finalização do curso de graduação.

Portanto, o trabalho com alfabetização de adultos praticamente foi iniciado com a parceria citada. Continuou sendo desenvolvido na área de extensão tendo, mormente profissionais contratados *ad hoc* para a coordenação do projeto. O contato com a área de pedagogia e letras ficou circunscrito à participação de professores dessas áreas no curso de capacitação para os alfabetizadores.

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS^{IV}

No caso estudado, a Universidade fez novas “parcerias” com diversas entidades tais como escolas, igrejas, associações comunitárias e de moradores chamadas de *entidades parceiras* aos fins desse trabalho. Na “cadeia” de terceirização desenvolvida na implementação desse Programa, as novas “parcerias” foram estabelecidas com as que a Universidade chama de ‘*ONGs, num sentido amplo*’ mas que são a rigor, ONG’s de base, organizações religiosas e entidades públicas (escolas) com muitas das quais já tinha relações anteriormente na implementação de outros projetos. Posteriormente, foram incluídas outras associações da região (zona Leste da cidade de São Paulo e oito municípios da Grande São Paulo).

Predominam o tipo das associações de bairro^V. Sendo importante também a quantidade de igrejas que participam. Defendem essa preferência porque *“permite abrir salas na periferia e pelo fato da capacitação permitir formar alfabetizadores do lugar que, uma vez fechada a sala, ficam no local, capacitados. Potencialmente esse alfabetizador pode continuar a tarefa e passar a ser uma liderança comunitária”*, segundo uma das coordenadoras entrevistadas. Até o ano desta pesquisa, 2002, era possível verificar a prevalência de outra universidade da região na abertura de salas de aula em escolas, presumivelmente pelo fato da Secretária de Educação ter sido coordenadora do departamento de Pedagogia dessa Universidade.

A parceria consistiu por parte das instituições, na provisão do seu espaço, uma sala com móveis aptos para a alfabetização. A seleção que a Universidade fez incluía uma inspeção para comprovar a existência de condições mínimas de funcionamento (banheiros etc.).

CONTATOS COM A UNIVERSIDADE

O contato entre as entidades e a Universidade para a realização da alfabetização foi iniciativa da Presidente da Associação, em alguns casos, e, em outros, foi a própria alfabetizadora que contactou a Universidade, seja porque já trabalhava com alfabetização ou para iniciar as tarefas. O Jornal da Cidade, a propaganda na TV local ou um conhecimento direto por ter relação com a Universidade (ex-alunos, alunos etc.) foram outras formas pelas quais as entidades souberam do Programa.

FINS DAS ENTIDADES

As instituições participantes declaravam ter fins variados, além das escolas cuja atividade específica é a educação e as igrejas cuja função é a evangelização, existiam outras finalidades declaradas, relacionadas com ajuda social. Assim, as igrejas manifestavam a realização de serviços pastorais relacionados com *“a ajuda aos necessitados”*. As associações comunitárias declararam entre suas funções também a de ajuda a *“pessoas carentes da comunidade”*, *“reuniões de amigos de bairro”*, *“promoção de festas e reuniões”* e *“assistência social a crianças, idosos e adultos”*, *“trabalhar com os pais em famílias desestruturadas que não têm conhecimentos”*.

A educação também é mencionada como uma das funções e, aliás, a própria alfabetização: *“Ajudar na alfabetização de adultos e adolescentes da comunidade em geral”*, *“alfabetizar jovens e adultos que não sabem ler e escrever”*.

As associações de bairro oferecem cursos de ginástica, cabeleireiro, artesanato, reforço escolar para os seus associados, cobrando uma mensalidade por ser sócio dela. Algumas delas também recebem benefícios de programas governamentais: Leve Leite, Jovem Cidadão etc.

Em geral as atividades das associações e das igrejas são realizadas por meio de voluntários.

Excepcionalmente, também são incluídas entidades como asilo e ambulatório de saúde mental, questões que se analisarão posteriormente.

OBJETIVOS DA PARCERIA

Os motivos que as instituições declaram que as levaram a realizar a parceria com as Universidades podem se classificar em dois tipos:

1-Motivos relacionados com os benefícios materiais que esta poderia trazer, tais como:

- materiais didáticos do Programa (cartilhas, cadernos, lápis etc.);
- merenda escolar;
- atividades extras, tais como palestras com dentistas, médicos etc., que a Universidade levaria às entidades;
- capacitação dos alfabetizadores realizada pelos professores da Universidade;
- verbas para pagamento do trabalho dos alfabetizadores;
- falta de escolas próximas.

2- Outro tipo de motivos mencionados são os relacionados com valores, tais como:

- combate ao analfabetismo;
- demanda por cursos de alfabetização;
- necessidade de conscientizar à comunidade.

As instituições raramente declaram ter recebido benefícios elas mesmas. Só excepcionalmente é reconhecido algum benefício: *“A divulgação da própria comunidade no sentido de evangelização e catequistas mais preparados que mal sabiam ler”, “Para a instituição é ver os pais dos alunos da escola, lendo e escrevendo, participando mais na escola”. “Os alfabetizadores (que já trabalhavam na instituição) agora estão bem preparados”*. Geralmente, há uma tendência a assimilá-los com os benefícios recebidos pela população: *“as pessoas do bairro que foram beneficiados”, “melhorou a auto-estima”, “Já temos alunos na telesala”*.

AVALIAÇÃO DA PARCERIA

A avaliação da parceria com a Universidade é positiva: *“Excelente”, “Ótimo para quem tem tempo de ajudar”, “É ótimo pois, só de pensar que muitas pessoas estão felizes por aprender a ler e escrever”, “É um trabalho que enriquece o professor através de capacitações e ao aluno através de palestras”, “Bom, mas poderia melhorar”, “E muito bom apesar de ter alguns critérios não muito bem esclarecidos”*.

Os motivos que fundamentam a boa avaliação são: *a provisão de materiais e a capacitação de professores*.

ESPAÇO FÍSICO

Pelo fato das aulas serem ministradas em instituições diferentes, o espaço físico no qual funcionavam, apresentava diferenças significativas.

O espaço das escolas era o melhor constituído para as finalidades de alfabetização. Pintado e cuidado com carteiras novas ou em bom estado, boa iluminação, com lousa e cartazes, esses últimos às vezes com desenhos infantis, por se tratar de escolas para crianças.

A diferença entre estas escolas e as outras instituições no que diz respeito ao espaço era grande. Igrejas e associações em geral dispunham de salas para outros usos, destinadas no caso à alfabetização. Em quase todas, apesar disso, eles contavam com carteiras escolares, só em duas delas os alunos usavam cadeiras comuns e, em uma delas sentavam-se sobre quatro ou cinco cadeiras empilhadas para chegar à mesa que, na verdade, era o altar da igreja. Em quase toda a maioria, apesar de espaços não escolares, replicava-se a organização tradicional da sala, com as cadeiras em fila orientadas para o alfabetizador e a lousa. Só em duas isso não acontecia, porque estavam reunidos ao redor de duas mesas; nos dois casos, as alfabetizadoras fizeram com que os alunos trabalhassem em pequenos grupos, durante uma parte da aula. Em absolutamente todas as salas de aula visitadas havia lousa, e também na igreja onde era usado o altar como mesa de trabalho. Nem todas tinham cartaz com o alfabeto, embora sua necessidade tivesse sido destacada no curso de capacitação como indispensável para a construção de um “ambiente alfabetizador”, só a metade tinha visivelmente exposto esse recurso didático importante. Havia cartazes nas paredes das salas: nas escolas, relacionados com o ensino para crianças; em algumas igrejas havia frases bíblicas; em associações havia campanhas de saúde e outras temáticas de interesse comunitário. Em poucas delas apareciam produções feitas pelos alfabetizadores ou cartazes colocados pela professora. Embora os espaços não fossem “*ad hoc*” nem sua principal função fosse a alfabetização, não se manifestava uma apropriação dele por parte das alfabetizadoras nem a provisão por parte do Programa de materiais visuais didáticos específicos que indicassem sua presença e legitimassem as atividades. Assim, a alfabetização de adultos aparece como uma função secundária, nas escolas, igrejas e associações comunitárias, uma atividade a mais, em um espaço cedido.

Não havia uma comunidade que absorvia o Programa, senão um Programa que chegava desde uma Universidade a ocupar um espaço que não era próprio e permanecia nele de uma forma marginal.

No caso das associações, outras atividades ruidosas desenvolvidas, atrapalhavam o desenvolvimento das aulas.

RESIGNIFICAÇÕES DO PROGRAMA

No universo das salas visitadas se observaram algumas resignificações do Programa cuja finalidade é a alfabetização:

As escolas oferecem as melhores condições materiais para o desenvolvimento das aulas pela infra-estrutura ad hoc que possuem. As escolas visitadas, tanto estaduais quanto municipais, apresentavam condições boas e muito boas de infra-estrutura. Também, encontrava-se geralmente às autoridades escolares presentes nelas e podia comprovar-se uma inclusão dos alunos e das professoras na dinâmica de funcionamento escolar. Nas entrevistas com os alunos, percebia-se que os que realizavam sua alfabetização em escolas, tinham mais intenções de continuar seus estudos e também achavam fácil obter vaga e êxito nos seus planos^{vi}.

Nas outras entidades, a alfabetização evidenciava-se como uma atividade não inerente à cultura e fins principais desse lugar. Inseria-se na lógica institucional e cobria funções próprias dessa lógica.

Assim, as associações de bairro, segundo uma entrevistada, *“são muito comuns no município. Nos bairros carentes tendem a funcionar como uma articulação para reivindicar direitos. Assim a alfabetização ajuda porque vai sensibilizando e cobrando isso até na própria instituição”*. Nas visitas realizadas, era evidente que a alfabetização incorporava-se dentro das atividades gerais delas já que as atividades recreativas e culturais, em duas ocasiões, eram o eixo das instituições. Então, em ambas, os alunos não eram o público alvo ideal descrito pelo programa. Tratava-se de idosos já alfabetizados que realizavam outros cursos antes o depois daquele: *“Vimos aqui para passar o tempo, relembrar”* afirmavam. Muitos tinham alcançado a 3ª série^{vii}. Essa resignificação de atividades para idosos também incluía a realização de atividades manuais tais como confecção de cartões postais.

Em uma outra associação visitada, também, o público alvo não era o ideal (segundo o Programa): havia três idosos já alfabetizados e duas crianças que faziam reforço escolar com a professora. As atividades eram individualizadas. Assim, é clara a primazia da identidade institucional sobre os princípios do Programa. Aliás, as associações dirigiam suas atividades de alfabetização para os seus sócios exclusivamente resignificando o público alvo do Programa.

No entanto, também houve uma sala visitada cuja atividade era estritamente a alfabetização. Em uma sala bem diferente das usuais das associações, que parecia com a de uma escola, uma alfabetizadora tinha um grupo de dezoito pessoas sendo alfabetizadas, para algumas já era seu terceiro semestre no Programa. Dois grupos de alunos predominavam: alguns que haviam chegado até 3ª ou 4ª série, os outros tinham freqüentado a escola formal durante poucos dias ou meses. Ali o eixo era a alfabetização só que, no caso, a professora, ela mesma estudando no 3º ano do ensino médio, replicava seu modelo de aprendizagem ordenando: “em silêncio”, “preste atenção”, “responda para mim”. Nesse caso, os alunos de 28 até 45 anos, alguns deles desempregados, precisavam sim da alfabetização para trabalhar.

Por coincidência, em duas salas situadas em paróquias da igreja católica havia preocupação das alfabetizadoras com a continuidade dos estudos dos seus alunos^{viii}. Em uma delas a resignificação do Programa consistia em usá-lo para suas atividades de alfabetização funcional: a alfabetizadora realizava atividades diferenciadas por níveis.

Grande parte desse grupo estudava com essas professoras há três anos sendo só o 2º semestre em relação com o Programa. A professora estava usando um livro de 3ª série com eles e trabalhando operações matemáticas (exercícios descontextualizados, sem situações problemáticas). Sua experiência nesse trabalho de vários anos fazia com que resignificassem criticamente o Programa. Desde vários anos atrás, essas atividades eram realizadas na igreja onde, inclusive, tinha funcionado uma tele-sala que depois foi transferida para uma escola. Elas costumavam preparar os alunos para fazer a prova da 4ª série para depois encaminhá-los a uma escola, mas reclamavam da falta de vagas em escolas para a incorporação desses alunos e mostravam à alguns deles que, tendo aprovado essa prova, continuavam na sala do Programa com elas, esperando vagas.

Incentivamos para continuar, não é só ler e escrever, não vou ensinar eles para aprender o nome. Mas a gente incentiva e logo sente o bloqueio. Deram a prova, aprovaram e não tem vaga. Eu quero ir conversar com a secretaria do município, ir com os alunos. Temos 4 alunos daqui que acabaram a 4ª série, tiraram o certificado e ainda permanecem aqui porque não tem vaga. Fizeram o exame. Como a sala da escola está superlotada eles mandam os alunos para o Centro, mas eles são carentes e não podem custear a condução.

No que diz respeito à duração prescrita pelo PROGRAMA, afirmavam: *“Mas, o que eu vou falar para ela?: ‘Não pode continuar, é só um semestre?’”*, explicitando um consenso implícito, quase um pacto entre muitos dos envolvidos. Numa outra sala, a alfabetizadora falava dos alunos que podiam passar para 5ª série, assinalando os problemas que dificultavam essa continuidade: turno noturno, longe de domicílio, sexo feminino das alunas. *“As escolas só tem suplência à noite, os maridos^{ix} não deixam e também é perigoso”*. *“Tem 5ª série, mas à noite, é difícil, a gente tem medo, mas dá para ir”* (Raimunda, 43 anos).

Nenhuma das igrejas evangélicas respondeu ao questionário, portanto não foi possível comprovar a opinião deles sobre os efeitos da parceria com essa fonte. Nas visitas realizadas nessas igrejas, foi relatada por uma alfabetizadora (ela mesma membro da igreja), a existência de problemas com o pastor, que atrapalhava o trabalho. Em um edifício muito amplo, de construção nova e com luxo, a sala destinada à alfabetização mudou de uma confortável para uma pequena e incômoda sala, argumentando-se que era devido ao custo de luz que era gasto nas aulas. A mesma pessoa relatou a negativa do pastor para permitir o ingresso de pessoas de fora da igreja e até a sua interferência no ensino, tentando incluir conteúdos religiosos: *“O pastor anterior queria que eu ensinasse com a Bíblia, mas este novo não intervém. Ele também restringiu só para as pessoas da igreja”*. Mesmo assim e, apesar da grande quantidade de analfabetos nessa igreja, poucos assistiam às aulas de alfabetização ministradas ali.

Uma aluna, coordenadora de salas, valorizava o caráter religioso como positivo na tarefa de alfabetização:

Até no ensino, a gente sente, essa que ensina nas igrejas, tem uma formação religiosa, um jeito diferente de trabalhar, você sente também que é diferente por causa disso, eu acho até interessante, essa diferença, não porque elas traspassem a particularidade delas tudo com respeito à religião. Não é isso. Por exemplo, eles fazem umas orações antes de começar, até trabalham em temas bíblicos. Acho isso interessante. Embora não todos os alunos sejam evangélicos, participam. Faz parte da igreja evangélica, mas eles não se opõem. Até a partir dali, trabalhar alguma atividade, acho isso muito interessante.

Seja como for, a quantidade de alfabetizadores, eles mesmos evangélicos, é muito alta e apresentam-se casos onde suas crenças

incidem no processo de ensino-aprendizagem. Em outros casos, embora o alfabetizador seja membro da igreja, não se observou durante as visitas que esse fosse o eixo central do trabalho, muito pelo contrário nos casos em que o alfabetizador é, além de evangélico, professor, primava essa outra identidade. Aliás, se o professor era de ensino fundamental era freqüente observar a utilização de textos mais aptos para o público infantil do que para os adultos.

Nota-se também no público-alvo o desejo de ler a Bíblia e pregar como o objetivo e grande motivação de muitos dos alunos, questão que por favorecer o processo de ensino- aprendizagem pragmaticamente não levava a questionar se se tratava da educação religiosa, que qualquer instituição dessa característica poderia exercer, ou se se tratava de educação laica, que não implicaria no ensino de conteúdos de uma religião específica, ou que poderia incluir uma visão ecumênica.

Assim, a coordenadora geral de Universidade assinalava: *“A gente deixa claro que o espaço das salas de aula não é espaço de evangelização. Mas tem aquelas associações de moradores, políticas, também a gente cuida que o trabalho não se misture com essas questões. A gente bate forte o pé para não misturar, mas acontece”*.

Uma aluna coordenadora de salas conta: *“a única dificuldade que eu senti com uma das professoras foi que ela queria trabalhar a temática da saúde para o projeto cultural e os alunos, em função da igreja, eles tem algum problema de ir ao médico, eles acham que não precisam ir ao médico...”*

Em alguns casos, as atividades já existiam, então alguém da instituição fica sabendo do Programa e encontra assim uma forma de financiar o trabalho do voluntário que já estava sendo realizado.

Eis o caso do Asilo, uma instituição beneficente que é uma estância para idosos que recebem moradia, alimentação e atenção médica, em troca de parte de sua aposentadoria. Assim, nas respostas ao questionário definem seus objetivos como *“alfabetizar e terapia ocupacional”*, questão que foi verificada na visita destacando como um dos motivos para estabelecer a parceria à provisão de *“recursos e materiais para os idosos”*.

Observou-se o excelente trabalho da professora, adequando as atividades para o nível de cada participante (muitos com sérios problemas de saúde), dois deles em claro processo de alfabetização. Não trato aqui de negar o direito à educação dos idosos, senão de destacar o processo de assimilação do Programa que algumas instituições realizam com a finalidade de obter financiamento e materiais para suas atividades. O caso

do Asilo era questionado pela própria equipe da universidade: uma das professoras achava que: *“só um conseguiu se alfabetizar. A alfabetização aí está servindo à autoestima. Enquanto coordenadora pedagógica eu deveria atingir outro grupo”*.

Embora uma integrante da sua equipe justificasse: *“quando visitamos o Asilo ficamos muito emocionados”^x*.

Em síntese, as resignificações visam a se adaptar às demandas da população que frequenta às instituições realizando atividades de terapia ocupacional, apoio escolar, acompanhamento a idosos, evangelização, escolarização e alfabetização funcional.

Alguns aspectos da concepção do Programa tais como a renovação de alfabetizadores a cada semestre, um acompanhamento por parte de monitores que são alunos da universidade, mas não professores ou profissionais formados especificamente na área de alfabetização de adultos ou políticas e programas sociais, prejudicam a detecção destas resignificações embora muitas delas, devido à renovação das entidades a cada semestre, ou, quando detectadas, motivaram a intervenção da coordenação da Universidade.

DOS ALUNOS

Das pessoas entrevistadas nas salas de alfabetização, 59% tinham mais de 60 anos; 28% entre 22 e 39 anos, 26% entre 40 e 49 anos, 9% entre 50 e 59 anos e 5% entre 14 e 21 anos. Então, a idade dos alunos das salas, mostra que a população alvo do Programa, jovens de 14 a 21 anos, é minoritária. A prevalência de pessoas idosas, reflete o perfil "histórico" dos analfabetos brasileiros.

As pessoas nasceram no Nordeste e Sudeste Brasileiros. 48% delas, com efeito, vem do Nordeste: *“Nós vamos alfabetizar no Nordeste, mas os nordestinos analfabetos estão aqui”*, como afirmava uma coordenadora de Universidade. Dentre os nordestinos, predominam os pernambucanos (18%), os baianos (13%) e os alagoanos (7%).

Mas o Sudeste também está altamente representado (48% dos entrevistados) e são mineiros (26%) e paulistas (20%), chamando a atenção a grande quantidade de analfabetos "próprios"(do Estado de São Paulo).

As profissões das pessoas entrevistadas mostravam a preponderância das donas de casa (40%), seguidas por aposentados (20%) e por trabalhadores na ativa (17%). Os restantes eram desempregados (6%), ou estudantes (7%) ou pessoas que sobrevivem fazendo bicos (4%). Esses dados já esboçam um perfil de mulheres donas

de casa, nesta amostra de alunos. Com efeito, 65% são mulheres, no total de entrevistados. 32 % dos alfabetizandos havia freqüentado a escola durante menos de um ano, quando crianças. 27% nunca tinha freqüentado a escola e 40% a tinha freqüentado durante mais de um ano completo.

Já na idade adulta, 52% não tinha freqüentado a escola, 23% havia freqüentado durante menos de um ano a escola e 25% mais de um ano. 76 % dos alunos estavam no 1º semestre do PROGRAMA, 20% no 2º semestre e só 4% no 3º semestre. 60% queria continuar estudando depois da alfabetização, mas 36% só continuariam se fosse mesmo no lugar onde estavam. Essa continuidade dos estudos era ameaçada porque as escolas tinham turnos, apenas durante a noite ou por ficar longe. O medo à violência também era um problema. Muitos diziam querer continuar e que iriam à escola. Alguns manifestavam a vontade de fazer a prova.

VANTAGENS E DESVANTAGENS

O perfil predominante dos alfabetizadores entrevistados mostrava que o fato de ministrar aulas nesse tipo de entidade, pela sua localização geográfica, permitia uma maior “capilariedade”, ou seja uma chegada das aulas de alfabetização à população em locais distantes e com população alvo sem condições de se locomover.

Mas, percebeu-se no decorrer do trabalho de campo que a convocatória aberta levava a uma aleatoriedade na distribuição das salas e que não era possível observar alguma correlação entre abertura de salas, “bolsões de analfabetismo” ou coordenação com outras Universidades implementando o mesmo programa ou com outros Programas de alfabetização. Assim, embora as salas tenham funcionamento efetivo às vezes tinham quantidades de alfabetizandos menores que as vagas disponíveis, às vezes com três ou quatro alunos, embora tivesse começado com mais inscritos. Assim, a participação do poder público (municipal, estadual) ou de outros mecanismos de planejamento das atividades visando atingir maior eficiência, permitiria otimizar as ações.

Observou-se que o Programa, nestes cenários, concorria com mais algumas alternativas de alfabetização de adultos atuantes na grande São Paulo e inclusive na zona Leste da cidade. Assim, algumas das salas visitadas situadas em igrejas e associações alternavam o financiamento das suas atividades de alfabetização (mas também de reforço e pós-alfabetização) entre o Programa Alfabetização Solidária, o MOVA e o IBEAC, e outra Universidade da região, também conveniada com o Programa. A metade delas afirmava haver realizado atividades de alfabetização desde antes do Programa. Algumas das respostas ao

questionário assinalavam a “vantagem comparativa do Programa” em relação a outras fontes financiadoras: a provisão de materiais e o curso da Universidade. Porém nas entrevistas afirmavam: *“no próximo semestre vamos sair deste programa. Demora muito nos pagamentos, não recebemos ainda o dinheiro da merenda e a alfabetizadora também não recebeu a bolsa. O MOVA também não, é muito burocrático, olha aqui todos esses papéis que tem que preencher^{x1}”*.

CONCLUSÕES

Pelo fato de se tratar de um estudo qualitativo, o trabalho não pretende generalizar conclusões senão mostrar as tendências observadas nesse universo.

Assim, os três tipos de entidades que, em parceria com a Universidade interviam na implementação do Programa de Alfabetização transferiam sua identidade institucional à implementação dele. Assim, a superposição da identidade da instituição resignificava o Programa, questão esta talvez ótima para a entidade, mas que não permitia que o Programa atingisse à população alvo e conseguisse seus objetivos

As escolas apresentavam-se como o melhor âmbito para o desenvolvimento das salas, embora outros elementos como a sua situação geográfica e o fato de disponibilizar seu espaço físico só no turno noturno faz com que, se pretender chegar aos bolsões de analfabetismo, sua única inclusão não resulte eficiente.

As entidades religiosas da amostra estudada, especialmente as paróquias da igreja católica, mostram uma tradição de alfabetização importante na hora do desenvolvimento das propostas assim como bastante conhecimento sobre as dificuldades na continuidade dos estudos, e também demonstram iniciativa própria para tentar articular com o poder público a continuidade do processo de alfabetização. A informação sobre as igrejas evangélicas (muito prejudicada pela falta de resposta ao questionário enviado) mostrou casos, mas não permite indicar tendências. A população que frequenta essas igrejas conta com uma alta motivação para a alfabetização, pelo seu desejo de ler e, às vezes, de pregar a bíblia. Só que, por ser esse o único objetivo, em geral manifesta a intenção de não continuar seus estudos além das possibilidades brindadas nas igrejas.

Já as associações de moradores apresentam outras particularidades. Nelas é mais perceptível a incidência de sua identidade institucional sobre as atividades de alfabetização, inclusive usufruindo e adaptando a alfabetização aos seus fins e financiando outras atividades afins com fundos da alfabetização.

Mas a eleição dessas instituições pela sua localização por um público preponderantemente feminino - donas de casa maiores de 40 anos - permite estender territorialmente as possibilidades de alfabetização para um contingente de analfabetos para os quais a proximidade com o domicílio é fundamental.

Por outra parte, os critérios de convocatória não aparecem relacionados com estudos que focalizem efetivamente as necessidades ou maior conglomerado de analfabetos o que poderia gerar a coexistência de salas na mesma comunidade ou omitir zonas onde de maior prioridade. Nesse sentido, cabe perguntar se essa tarefa deve ser feita e quem deveria fazê-la. Não consideramos que essa deva ser uma função específica da Universidade senão da articulação da União com o poder público municipal e/ou estadual. Mas não existe nem na organização do Programa nem nas iniciativas locais uma colaboração com o poder público que é o órgão responsável pela educação de jovens e adultos segundo a Constituição Federal. Desta forma, o fato de terceirizar a execução de políticas públicas apresenta vantagens e desvantagens, mas sendo indispensável a função e o exercício do poder do Estado para uma maior eficiência dos objetivos dos programas implementados e do uso do dinheiro público.

Notas

ⁱ Realizada para minha tese de doutorado que estuda a implementação pelas Instituições de Ensino Superior da política de alfabetização do governo FHC, o Programa Alfabetização Solidária.

ⁱⁱ Não se discute neste trabalho a pertinência ou não dessa eleição e não por falta de mérito senão de espaço. Essas questões estão incluídas, no entanto, nas temáticas a serem desenvolvidas na minha tese de doutorado em curso.

ⁱⁱⁱ O Programa Alfabetização Solidária (PAS) foi a política de alfabetização do governo FHC e surgiu como um subprograma da Comunidade Solidária em 1997. Continua funcionando com modificações sob a forma jurídica de uma ONG. O PAS funciona em municípios de vários estados brasileiros especialmente nas regiões Norte e Nordeste e em Grandes Centros Urbanos. Seu *modus operandi* consiste no estabelecimento do que chama “parcerias” com Universidades que, por sua vez, implementam a proposta de alfabetização. As Universidades selecionam e capacitam os alfabetizadores a cada semestre para eles ministrarem cinco meses de aulas nas quais desenvolvem a proposta de alfabetização. Uma vez acabado o semestre, o Programa inicia um novo módulo, com novas salas de aula, novos alfabetizadores e novos alfabetizandos.

^{iv} As informações contidas neste item foram obtidas: 1) mediante questionários enviados para essas entidades; 2) em observações realizadas *in situ*, 3) por meio de entrevistas realizadas com autoridades dessas entidades 4) em entrevistas com adultos que freqüentam algumas das salas de aula. As informações foram sistematizadas pela triangulação das três fontes: entrevistas, questionários e observações. As entidades parceiras da Universidade responderam ao questionário em 12 casos de 30, sendo escolas, associações de moradores, associação de mulheres e paróquias da Igreja Católica. Nenhuma igreja evangélica respondeu ao questionário.

^v Respectivamente 13 associações, 6 escolas (1 delas privada), 6 paróquias da igreja católica, 3 igrejas evangélicas, 1 Asilo e 1 CAMEF.

^{vi} Numa das escolas visitadas, as alfabetizadoras estavam numa reunião com a diretora e todo o grupo de professoras e, em entrevista posterior, ressaltaram a ajuda e orientação recebida durante todo o processo.

^{vii} A educação formal no Brasil está dividida em: educação infantil: 0 a 6 anos, educação fundamental: 1^a a 8^a séries, ensino médio: 1^o, 2^o e 3^o ano, sendo obrigatório o ensino fundamental. Antigamente, a educação primária obrigatória era aquela compreendida entre a 1^a e a 4^a séries. Depois seguia o ginásio, a partir da 5^a série, que não era obrigatório. Embora as leis tenham aumentado a obrigatoriedade, persiste ainda uma divisão histórica, cultural e organizacional.

^{viii} Embora a igreja católica tenha sido pioneira na educação de adultos no Brasil, seria demasiado ousado extrair desse fato conclusões desse interesse pela continuidade na alfabetização funcional dos alunos.

^{ix} Em várias ocasiões as mulheres entrevistadas manifestavam o poder do marido ou do pai, naturalizado nesses setores também pelas próprias alfabetizadoras. Muitas analfabetas diziam que, quando pequenas, o pai não deixava que fossem à escola e que na época era comum essa situação. Na atualidade, o marido-dono aparece em vários depoimentos: “Meu marido é bonzinho, ele deixa”.

^x Quando o semestre acabou essa parceria não foi renovada.

^{xi} Foi corroborado, com efeito, que eles trocaram o Programa Alfabetização Solidária pela ONG IBEAC no semestre posterior. Aliás, uma outra associação, já tinha tido o curso da IBEAC no ano 2000.

BIBLIOGRAFIA

ARELARO, L. R. G.; KRUPPA, S. P. A educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. **Organização do ensino no Brasil. Níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2002. p. 89-107.

ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, n. 31, P. 44-66, junho 1996.

BEISIEGEL, C. de R. A política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. In: OLIVEIRA, D. A. de (Org.) **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 207-245.

_____. **Política e educação popular no Brasil** (A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil). São Paulo: Atica, 1992.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988. Imprensa Oficial, sem dados.

CARDOSO, R. C. L. **A experiência brasileira no cenário latino-americano**. Estratégias inovadoras de parceria no combate a exclusão social. Avaliação, diálogo e perspectivas. Seminário realizado pelo Conselho da Comunidade Solidária. Brasília: Comunidade Solidária-UNESCO-PNUD, 2000.

COHN, A. As políticas sociais no governo FHC. **Tempo social. Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 11. n. 2, p. 187-197, 2000.

CORSINO, P. Severino, qual é a parte que te cabe neste latifúndio? **Revista de Educação CEAP**. Salvador, Ano VII, n. 26, p. 7-26, 1999.

DEMO, P. Brincando de solidariedade: política social de primeira-dama. In: SILVA; M. O. da S. e. (Coord.) **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 43-69

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DI PIERRO, M. C. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e pesquisa**, São Paulo, FEUSP, v. 27, n. 2, p. 321-337, jul/dez. 2001

_____. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil, 1985-1999.** Tese (doutorado) PUC-SP, 2000.

HADDAD, S. **Estado e educação de adultos (1964-1985).** Tese (doutorado) São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1991.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação.** ANPED. São Paulo. n. 14, p. 108-130 Mai/Jun/Jul. 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** Lei 9.394/96. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 1998.

MACHADO, M. M. **Uma política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em Goiás na década de 1990.** Tese (doutorado) PUC-SP, 2001.

PONTUAL, P. de C. Desafios pedagógicos na construção de uma parceria: a experiência do MOVA-São Paulo (1893-1992). **Alfabetização e cidadania.** São Paulo: RAAAB, n. 5, p. 23-32, 1997.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA. **Alfabetização solidária.** Julho-Dezembro de 1997. Relatório Final. Brasília, 1998.

_____. **Programa Alfabetização solidária.** Resultados do Projeto Piloto. Janeiro-Julho 1997. Avaliação Final. Brasília, 1997.

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. **Escrevendo juntos.** N. 22, jul/ago. Brasília, 2002.

_____. **Revista Alfabetização solidária.** n. 14,15, 16-mai/jun. Brasília, 2001

_____. **Escrevendo as páginas do futuro.** Brasília, 2000.

_____. **Avaliando 1.** Perfil do aluno. Impacto em 23 municípios do projeto piloto. Avaliação do módulo VII. Brasília, 2000.

_____. **Avaliação final.** Módulo V. Brasília, 1999.

_____. **Relatório de três anos de atividade Programa Alfabetização solidária.** Janeiro de 1997 a dezembro de 1999. Brasília, 1999.

_____. **Alfabetização solidária: avaliação final: primeiro semestre de 1999.** Brasília.

SILVA JR. J. dos R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da Educação Superior no Brasil** - Reformas do Estado e mudanças na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SOARES, L. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, V. M. (Org.) **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas: Mercado de letras-ALB-Ação Educativa, 2001.

Recebido em outubro de 2005.

Aprovado em junho de 2006.